

O trabalho docente durante a pandemia de covid-19: aspectos do sofrimento psíquico

DOI: 10.5935/1984-9044.20220016

Caroline Cusinato¹, Caio Cesar Portella Santos¹.

Resumo: No presente artigo tivemos como objetivo discutir e problematizar as implicações da paralisação, da reorganização e das condições do trabalho docente durante a pandemia de COVID-19, assim como o surgimento/intensificação de determinados aspectos da produção do sofrimento psíquico em professores. Destacamos principalmente o sofrimento ético-político produzido pela crise sanitária e pelas consequências da gestão ineficaz desta. Compreendemos que o cenário foi agravado por um anticientificismo/negacionismo e pela crise política e econômica brasileira, sendo esses fatores consideráveis para a produção de sofrimento ético-político nas pessoas, com impactos significativos na organização do trabalho docente. Para conhecermos o sofrimento ético-político é necessário analisar as formas sutis de espoliação humana, recorrentes em uma sociedade desigual, injusta e que se reproduz com base na exploração. Defendemos a criação de estratégias de cuidado e atenção à saúde mental do professor e defesa de políticas públicas que valorizem o trabalho docente e forneçam condições adequadas de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente; Sofrimento psíquico; Impactos da COVID-19.

Teaching work during the COVID-19 pandemic: aspects of psychic suffering

Abstract: e In this article we aimed to discuss and problematize the implications of the stoppage, reorganization and conditions of teaching work during the COVID-19 pandemic, as well as the emergence/intensification of certain aspects of the production of psychological distress in teachers. We mainly highlight the ethical-political suffering produced by the health crisis and the consequences of its ineffective management. We understand that the scenario was aggravated by an anti-scientism/denialism and by the Brazilian political and economic crisis, these being considerable factors for the production of ethical-political suffering in people, with significant impacts on the organization of teaching work. In order to understand ethical-political suffering, it is necessary to analyze the subtle forms of human spoliation, recurrent in an unequal and unfair society that reproduces itself based on exploitation. We defend the creation of care and attention

¹ Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel "Prof. Dr. Aldo Castaldi"

strategies for teachers' mental health and the defense of public policies that value teaching work and provide adequate working conditions

KEY WORDS: Teaching work; Psychic suffering; Impacts of COVID-19.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o sofrimento psíquico dos docentes no contexto da pandemia de COVID-19. Para isso é importante percorremos um breve caminho a fim de realizarmos um resgate histórico do contexto pandêmico que envolve uma crise sanitária e humanitária mundial e no cenário brasileiro também uma acentuada crise política e econômica; “a pandemia nos coloca diante do espelho, que os revela um mundo atravessado por muitas crises e carente de mudança.” (Lima, Buss & Paes-Souza, 2020, p.1).

Em dezembro de 2019 foi informado a Organização Mundial da

Saúde (OMS) casos de uma pneumonia na cidade de Wuhan na China configurando um surto da doença, logo em janeiro é notificada a primeira morte provocada por essa nova doença infecciosa, outros casos passam a ser notificados em janeiro em diversos lugares do mundo. Em fevereiro é notificado e confirmado o primeiro caso em território brasileiro.

Em março de 2020 a OMS declarou oficialmente uma pandemia de Coronavírus (SARS-Cov-2), neste mesmo mês ocorreu a suspensão das aulas na tentativa de diminuir a propagação e contaminação pelo coronavírus, levando a uma paralisação dos sis

temas educacionais de ensino em diversos locais do mundo, incluindo o Brasil. Durante o ano de 2021, em especial no segundo semestre, houveram quadros de alternância entre retornos parciais às aulas presenciais e novas suspensões em decorrência de surtos de contaminação em instituições educativas e redes de ensino. Em fevereiro de 2022, em um momento de retorno integral às aulas presenciais em grande parte do país, o Brasil atingiu em torno de 640 mil mortes registradas pela COVID-19.

Em situações de crises, cada país se organiza para enfrentar o problema utilizando os seus melhores recursos, mas é também em momentos de crises que durante essa trajetória de enfrentamento as fraquezas são evidenciadas, assim é nessa confrontação das forças antagonicas que “vidas são ganhas ou inutilmente perdidas.” (Lima et al., 2020, p.2).

Compreendemos neste artigo que a má administração da crise sanitária em nosso país, conduzida pelas diferentes esferas da gestão pública, em especial pelo governo federal, sejam responsáveis por muitas vidas perdidas inutilmente e entendemos que o momento de crise política e econômica que estamos vivenciando em nosso país afeta diretamente a escassez de estratégias e enfrentamentos da COVID-19, o sucateamento do SUS, a falta de informações, a desvalorização da ciência e dos cientistas, o desprovimento e o atraso de vacinas em nosso território, assim como o enfraquecimento das políticas públicas.

Conseqüentemente, a má gestão atingiu também outros âmbitos que envolvem a organização da sociedade em tempos de crise, como a sistematização ensino escolar como um todo, que foi adaptado emergencialmente para o contexto pandêmico. Por compreendermos a complexidade e

amplitude desta discussão, neste trabalho visamos focar no estudo sobre as implicações desta reorganização do ensino no trabalho docente, assim como o surgimento/intensificação de determinados aspectos da produção do sofrimento psíquico em professores.

Dentre estes aspectos, podemos destacar principalmente a reorganização do trabalho docente e o sofrimento ético-político produzido pela crise e pelas consequências de sua gestão. Abaixo discorreremos sobre cada um destes aspectos e suas possíveis implicações no sofrimento psíquico docente.

A reorganização do trabalho docente

Desde a década de 70 e com o advento do neoliberalismo há uma reorganização das formas de trabalho, conhecida como reestruturação produtiva. Conforme diversos autores apontam, esta reestruturação passa a impactar também na organização do trabalho docente (Frigotto, 1995; Sader e Gentili, 2000; Akkari, 2001; Oliveira, 2005; dentre outros).

Dentre as consequências das adequações exigidas pelo neoliberalismo, está que os professores passem a se comportar a partir de

um perfil toyotista de trabalhador, ou seja, que sejam flexíveis, criativos e empreendedores (Duarte, 2011). Nesse sentido, não é raro observarmos a expectativa e a cobrança de que os professores “vistam a camisa da empresa” e estejam em regime de trabalho constante, podendo ser acionados a qualquer momento ou resolvendo questões de trabalho mesmo fora do horário remunerado. Ainda nesta conjuntura, o individualismo e a competitividade, tanto intra-institucional (entre professores), quanto inter-

institucionais (entre instituições de ensino), são valores constantemente estimulados.

Entendemos que a breve apresentação deste contexto de transformações do trabalho docente nos últimos anos se faz necessária para compreendermos as expectativas e as cobranças voltadas aos professores em um momento de uma nova reestruturação, na qual há uma intensificação sobre as características do perfil toyotista esperado, uma precarização significativa das condições de trabalho e como pano de fundo os medos do desemprego e da contaminação em um cenário de crise sanitária, política e econômica.

E, sob essas circunstâncias de crise, foi necessária uma adequação vertiginosa do trabalho docente envolvendo todo o processo de ensino e aprendizagem, os professores então passam a ter a necessidade de se adaptar a essa realidade, sendo urgente a criação

de novas estratégias pedagógicas, tendo que se adequarem ao modelo de ensino remoto, inserirem em seus cotidianos as ferramentas online, assim como atividades assíncronas e síncronas, além de ser imposto aos professores a responsabilidade de acompanhar integralmente o envolvimento dos discentes em suas disciplinas, tal como criar motivações e interesses nos alunos diante de uma situação de muitas incertezas e sofrimento perante ao agravamento da crise sanitária. A sobrecarga de trabalho e a invasão da vida privada ao terem que adaptar seus espaços particulares para poderem desenvolver o trabalho em casa passam também a fazer parte do cotidiano dos professores.

Todos esses aspectos nos convidam a pensar e avaliar a precarização do trabalho docente durante a pandemia, incluindo: aumento de demandas de trabalho em carga horária não remu-



nerada, falta de recursos materiais como computadores, plano de internet, câmeras, programas de edição de aulas, preocupação com o processo de ensino aprendizagem dos alunos, angústias em relação às brechas que o ensino remoto possibilita para a implementação de cursos 100% em EaD (Ensino à Distância), além das reduções de cargos, salários e muitas demissões no campo da educação privada que promovem uma instabilidade financeira e psíquica. Concordamos com as autoras Pontes e Rostas (2020, p.284) que “a COVID-19 não trouxe a precarização e o adoecimento do trabalhador e sim, tornou-o mais evidente” e também compreendemos que o excesso de trabalho faz com que o trabalhador diminua suas horas de descanso, sono e lazer; assim o trabalho remoto impõe padrões de produtividade podendo provocar o desenvolvimento de sofrimento e até mesmo adoecimento dos docentes.

Essas alterações na rotina e cotidiano possibilitam e facilitam a intensificação do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, como apontado em dado momento neste artigo, alguns fatores que nos chamam atenção estão relacionados com essa reorganização emergencial e compulsória do trabalho docente.

A COVID-19 fez emergir novas conexões de eventos macro e microsociais produtores de adoecimentos psicológicos, exclusões sociais e supremacia da sociedade capitalista. O medo pela perda do emprego, a necessidade de resignificar os próprios conhecimentos, a intensificação de tarefas, são apenas alguns exemplos deste novo cenário mundial, pelo qual inúmeros trabalhadores passam. (Pontes & Rostas, 2020, p.284).

Ainda para as autoras Pontes e Rostas (2020), não é de hoje que se apresenta e se concretiza a

fragilidade do sistema educacional por ausência de políticas públicas, mas é preocupante e alarmante o quanto o ensino remoto pode ser um dos motivos para acentuar esses desmontes. As autoras nos convidam a refletir que o ensino remoto é árduo para os docentes, mas também para os estudantes que muitas vezes não tem condições concretas de seguirem com a graduação, pois não possuem acesso à internet, computadores ou celulares, o que marca que a realidade social brasileira é composta por uma multiplicidade de classes sociais.

Ao levarmos em consideração o recorte de classe outras preocupações e sobrecargas passam a fazer parte do cotidiano de trabalho dos professores e estudantes, uma vez que boa parcela dos alunos que estão cursando o ensino superior são trabalhadores e, em alguns casos, principais responsáveis pela renda familiar e organização do lar, precisando

trabalhar nos horários de aulas e estágios curriculares. Uma situação parecida ocorre com diversos estudantes da educação de jovens e adultos e parte dos adolescentes do ensino médio que também já trabalhavam antes ou necessitaram começar a trabalhar durante a pandemia. O que implica na necessidade de serem atendidos em horários diversos, de maneira que a disponibilidade dos professores aos alunos extrapola a carga horária de trabalho remunerado. Isso ocorre geralmente em vista ao compromisso social de sua atuação para manter a qualidade do processo ensino-aprendizagem e o acesso democrático aos conteúdos, ou seja, nos casos em que se busca evitar/não intensificar os processos de exclusão dos estudantes.

É fundamental fazermos esse mesmo recorte na categoria de professores, uma vez que, devido às suas condições sociais e econômicas, não é raro desempenha-

rem múltiplas funções, muitas vezes tendo mais que um emprego e sendo também os principais responsáveis pela renda familiar e gestão do lar, realizando frequentemente triplas jornadas, ocasionando assim aumento do estresse, ansiedade, medo, insegurança e especialmente a estafa física e mental.

Para uma maior compreensão e análise desse cenário complexo, levando em consideração a vida de docentes e estudantes, outros recortes são necessários, a exemplo: um aprofundamento nos recortes de classe, de raça e gênero, o que pode abrir novos campos de reflexões sobre o processo de sofrimento psíquico de alunos e professores em uma sociedade que tem como pilares de sustentação violências estruturais como o patriarcado, machismo, racismo e a LGBTfobia. Apesar de não nos aprofundarmos nas análises destes recortes no presente trabalho, partimos da compreensão

que as condições concretas de vida impostas pela sociedade capitalista produzem e potencializam o sofrimento psíquico dos trabalhadores.

A produção do sofrimento ético-político nos professores

Sustentamos que esse cenário de crise sanitária agravado por um anticientificismo/negacionismo e pela crise política e econômica brasileira são fatores consideráveis para a produção de um sofrimento ético-político nas pessoas.

Para Sawaia (2001), o sofrimento ético-político é determinado pelas vivências cotidianas de questões sociais de um dado tempo histórico, qualificando-se pela

maneira de como são construídas as relações que são determinadas pela organização social. Portanto, conhecer e reconhecer o sofrimento ético-político envolve compreender e validar a existência da exclusão social, das desigualdades e das injustiças sociais. A autora ainda coloca que para conhecermos o sofrimento ético-político é necessário analisarmos as formas sutis de espoliação humana, recorrentes em uma sociedade desigual, injusta e que se reproduz com base na exploração.

Se olharmos historicamente para os professores e professoras, nos diferentes níveis de ensino da educação pública e privada, enxergaremos o quanto foi e são espoliados seus direitos, o valor social de seu trabalho, o sentido de seu trabalho e as condições mínimas para que cumpram de fato a função social de sua profissão.

No contexto da pandemia de COVID-19, entre os elementos que produziram/intensificaram o sofrimento ético-político dos professores está a constante desvalorização (velada ou explícita) de sua profissão. Há décadas nos deparamos com uma precarização das políticas públicas em educação que implicam em baixos salários, sucateamento dos locais de trabalho, salas superlotadas, entre outras questões que incidem nas condições do trabalho docente. Tais condições se acentuaram durante o trabalho remoto, como discutimos anteriormente.

No entanto, provavelmente mais do que nunca, a desvalorização do trabalho docente e da categoria profissional como um todo esteve constantemente presente nos discursos de diversos setores da sociedade, em especial de políticos que se posicionavam pela defesa do retorno presencial das aulas mesmo durante os momen-

tos de altíssimos índices de contágio no Brasil.

Dentre os exemplos de manifestações de políticos/gestores, podemos iniciar lembrando os ataques que o presidente da república Jair Bolsonaro e seu ministro da educação proferiram aos professores e professoras em setembro de 2020.

No dia 17, em sua live presidencial, Bolsonaro realizou críticas aos sindicatos, pediu pela volta às aulas e ainda colocou que os professores não querem trabalhar, por isso não querem que as aulas presenciais retornem. Poucos dias depois, no dia 24 de setembro, em entrevista ao Jornal Estadão, o ministro da educação Milton Ribeiro reforça a visão de incapacidade e fracasso profissional dos professores afirmando que “ser um professor é ter quase que uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”. (Facci, Anache & Ferreira, 2020)

Em outra ocasião, em 20 de abril de 2021, o deputado federal Ricardo Barros, então líder do governo na Câmara dos Deputados, afirmou em entrevista ao canal televisivo CNN Brasil que “o professor não quer se modernizar, não quer se atualizar”, e complementou ainda que não há razões para os professores não darem aulas, visto que “o profissional de saúde está indo trabalhar, o profissional do transporte está indo trabalhar, o profissional da segurança está indo trabalhar, o pessoal do comércio está indo trabalhar, só professor que não quer trabalhar”.

Como sabido, as críticas de Jair Bolsonaro e demais políticos de extrema direita aos profissionais da educação precedem a pandemia, estavam inclusive presentes na campanha presidencial das eleições de 2018, principalmente no que tange ao chamado projeto Escola Sem Partido. Mas durante a crise sanitária, tais ataques aparecem em um contexto em

que professores estão sobrecarregados, sendo obrigados a adaptar suas casas às necessidades do trabalho remoto e as formas de ensino às possibilidades e limitações das tecnologias. Isso, levando em consideração que muitos passaram por esse momento vivenciando o luto pela perda de amigos/familiares e o medo da exposição ao contágio.

Contudo, cabe compreendermos que os discursos voltados à desvalorização dos professores ao descrédito da moral e competência desta categoria profissional e que ignoram a realidade do trabalho docente são refletidos e reproduzidos em outros segmentos da sociedade, impactando muitas vezes as relações dos professores com alunos, famílias, gestão e até mesmo entre colegas de profissão.

Soma-se a esta realidade o (não raro) sentimento de impotência dos professores frente às dificul-

dades de seus alunos para a apropriação dos conteúdos através das plataformas virtuais, seja por falta de acesso à tecnologia/internet, falta de tempo/motivação para os estudos ou mesmo inadaptação às estratégias remotas de ensino.

Devemos ainda levar em consideração como fatores de sofrimento a dupla jornada imposta pelo modelo híbrido de ensino adotado em algumas redes e instituições de ensino, assim como as angústias e receios inerentes ao retorno presencial obrigatório de professores em um contexto de alto contágio.

Nesse sentido, para entendermos os impactos do contexto apresentado acima na saúde mental docente, cabe resgatarmos e nos alicerçarmos na definição de Sawwaia (2001) sobre o sofrimento ético-político:

Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na in-

tersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica. (SAWAIA, 2001, p. 104).

A autora ainda relaciona este sofrimento com a dor de ser tratado de maneira desvalorizada, inferiorizada e subalterna. Aspectos os quais são presentes recorrentemente nas vidas de muitos professores, ao analisarmos as questões sociais por eles vivenciadas neste tempo histórico. Para Sawaia (2001), as emoções são indicadores do (des)compromisso com o sofrimento dos sujeitos, seja por parte do estado, da socie-

dade civil ou dos próprios indivíduos.

Nesse sentido, defendemos como essencial que a compreensão da dor, do sofrimento e do adoecimento psíquico do professor não seja desvinculado de seu caráter ético-político, para que também não se perca o caráter coletivo deste fenômeno. Ao tomarmos consciência das particularidades desse sofrimento, tomamos consciência também que este não deve ser individualizado, pois é produto da sociedade de classes e direcionado a determinados grupos sociais. Torna-se possível e necessário o encontro e a organização coletiva para a superação desse sofrimento e do que o produz

Considerações finais

Partindo das reflexões levantadas nesse artigo, consideramos a necessidade de compreendermos que o sofrimento psíquico e adoecimento são categorias diferentes, nem todo sujeito que se encontra em sofrimento é um sujeito adoecido. Portanto, mesmo que em intenso sofrimento, é necessário que possamos coletivamente através do nosso cotidiano produzirmos cuidado, este que se constrói nas relações sociais, nos enfrentamentos e nas rupturas das condições e condições impostas pelo modo de produção capitalista.

Concordamos com Martins (2018) que viver em uma sociedade complexa, atravessada por obrigações intermináveis, e por aceleradas e

incessantes mudanças é uma tarefa árdua e muitas vezes dolorosa, que provoca sofrimento.

Ainda para a autora, esse sofrimento, contraditoriamente, também é a possibilidade de uma tomada de consciência perante ao que é vivido, de identificação de obstáculos (reais ou imaginários) e impulsionamento para a ação.

Nesse sentido, defendemos a necessidade da criação de estratégias de cuidado e atenção à saúde mental do professor e defesa de políticas públicas que valorizem o trabalho docente e forneçam condições adequadas de trabalho. E compreendemos que só o impulsionamento e organização para a ação coletiva pode produzir tais transformações.

Referências

- Akkari, A.** (2001) Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre Estado, privatização e descentralização. *Educação e Sociedade*, n. 74, p.163-189.
- Duarte, J.F.** (2011). Trabalho docente em tempos de neoliberalismo. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília].
- Facci, M.G., ANACHE, A. A., & Ferreira, T.L.** (2021). Professores trabalham? Reflexões da Psicologia Escolar e Educacional sobre o trabalho docente em tempos de pandemia. In: F. Negreiros & B. de O. Ferreira (org.) *Onde está a Psicologia Escolar no meio da pandemia?* (p. 624-653). Pimenta Cultural.
- Frigotto, G.** (1995). *Educação e crise do capitalismo real*. Cortez.
- Lima, N.T., Buss, P. M. & Paes-Souza, R.** (2020) A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. v. 36, n. 7. 1-4. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00177020>.
- Martins, L. M.** (2018). O sofrimento e /ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. *Cadernos Cemarx*, n. 11. 127-144. <https://doi.org/10.20396/cemarx.voi11.11294>
- Oliveira, D. A.** (2005). Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 92 ed. especial, 753-775. <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a03.pdf>
- Pontes, F. R., & Rostas, M. H. S. G.** (2020) Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. *Revista Thema*. 18 (Especial), 278-300. <https://doi.org/10.15536/thema.V18.Especial.2020.278-300.1923>
- Sader, E., & Gentili, P.** (2000). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Paz e Terra.
- Sawaia, B.B.** (2001). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2ª Ed. Editora vozes.

Recebido em: 05/06/2022

Aprovado em: 28/11/2023

